

## **Políticas públicas de formação docente e a EAD**

Raquel Aparecida Souza  
Raquel de Almeida Moraes

### *Introdução*

Considerando que a Educação a Distância (EAD) representa uma política de educação focalizada, sobretudo, a partir dos anos de 1990, e que Bonetti (2007) destaca que as políticas públicas, em especial as de inovação tecnológicas para formação de professores, têm maior impacto social devido à sua maior complexidade, esse estudo tem como objetivo geral, apontar algumas concepções que tem norteado as diretrizes para a formação docente por meio da EAD no Brasil.

### *Metodologia*

O estudo foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica e documental, buscando desenvolver reflexões sobre a formulação de políticas públicas para formação de professores numa perspectiva das correlações de forças sociais.

Para tanto, parte-se do apontamento sinalizado por Bonetti (2007) de que as políticas públicas têm beneficiado mais alguns segmentos sociais em detrimento de outros. No caso das políticas para formação docente, necessariamente nem sempre é a classe que precisa a que mais se beneficia, embora os discursos governamentais insistam que sim.

### *Discussões e Resultados*

Bonetti (2007), ao discorrer sobre a caracterização das políticas públicas, sua gênese, seus princípios determinantes, ressalta que elas são “ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social” e também é o “resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder”. (p.740).

Nessa forma de entendimento, o autor destaca que as políticas públicas têm se constituído “*uma correlação de forças sociais*”, *conjugando interesses específicos e/ou de classes*, em que os interesses das classes política e/ou economicamente dominantes, têm prevalência...” (p.91). (grifos nosso). No entanto, também destaca que a constituição do

Estado nos tempos atuais, propõe políticas que não consideram a existência de diferenças sociais.

O momento do capitalismo global e a ordem econômica com seu poder vigente, as características vivenciadas especificamente nos séculos XX e XXI, como também aponta Azevedo (2001), são as de um Estado que é mínimo e ao mesmo tempo é máximo. Mínimo para as políticas públicas, pois delega suas responsabilidades aos indivíduos e às classes sociais com o discurso de se igualar as diferenças, e é máximo para o capital, pois é forte para gerir e legitimar suas exigências a partir da lógica mercantil. (p.7)

Essa concepção aposta na homogeneização das diferenças a partir de certo “padrão referencial”. Se a competência tecnológica representa o “padrão referencial” exigido na atualidade para igualdade das diferenças, o Estado não mede esforços para garantir e promover na sociedade civil, espaços de permanente competitividade, subordinando as políticas sociais às políticas de mercado.

Por considerar que os segmentos sociais são homogêneos, o Estado impõe certa homogeneidade como “padrão de racionalidade” e assim, o esforço do indivíduo para se manter incluído nessa racionalidade varia conforme sua condição e posição econômica. Ocorre que, entre a formulação das políticas públicas e a ação das forças sociais, considerando os interesses de classe, há uma relação direta com o discurso pretense da inclusão, mas que Bonetti (2007), chama atenção, pois, o que prevalece é a lógica da exclusão e dominação em detrimento ao discurso da inclusão social, o que tem sido fundamento para a maioria das políticas públicas em desenvolvimento (p. 86).

Considerando o exemplo de professores em exercício que ora desejam, ora são obrigados a fazer cursos de formação na modalidade a distância para obter maior qualificação profissional e/ou aumentar seus salários, percebe-se que muitos documentos oficiais dos cursos apresentam um discurso de que “todos podem”, desde que “queriam” se qualificar, quando na verdade delega-se a responsabilidade ao próprio professor pela sua formação.

Muitos cursos oferecidos nessa modalidade permitem a presença virtual de mais de cem alunos, de regiões diversas, cujas realidades são distintas. As propostas dos cursos não consideram as diferenças, tratam todos da mesma forma no que refere ao acesso aos meios tecnológicos (acesso a internet banda larga, uso do computador e ambientes virtuais de aprendizagem), além de se considerar que tem o mesmo ritmo de aprendizagem, quando na verdade, todos são diferentes, tem histórias de vida diversificadas.

Situações como essas e outras, põem em dúvida os beneficiados das políticas para formação docente. Se a visão de homogeneização das diferenças sociais parece ser um discurso pretensamente ideológico de uma classe dominante que até reconhece as necessidades de políticas públicas para o desenvolvimento de benefícios aos indivíduos, isso não quer dizer que elas vão de fato ser uma solução para os problemas enfrentados.

### *Algumas Conclusões*

Tendo em vista o estudo, pode-se dizer que alguns programas de formação docente a distância, são executados como políticas compensatórias para atender uma demanda de formação que não é necessariamente aquela desejada pelos professores, mas que tem forte impacto na sua prática.

Os governos de plantão propõem políticas que, ideologicamente até são predeterminadas pelos anseios da formação, mas que ainda não se constituem em auxílio para emancipação, ou propostas que de fato considerem as relações sociais e históricas com as práticas de formação dos indivíduos, mas representam ações pontuais que se concentram na superação dos desejos e necessidades econômicas do país.

### *Referencias*

- AZEVEDO, J. M. L. de **A educação como política pública**, 3ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.
- BONETTI, L. W. **A gênese das políticas públicas**: princípios e determinantes / Enfim, o que são as políticas públicas e quais são os seus objetivos hoje. In: \_\_\_\_\_. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Unijuí, 2007. p.19-66 e 73-89.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- HOFLING, H. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.
- LIMA, K. R. de S. **Educação a Distância na Reformulação da Educação Superior Brasileira**. In: NEVES, L. M. W. SIQUEIRA, Â. C. de (Orgs.). Educação Superior: uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006.
- OLIVEIRA, D. M. de. **Educação a Distância e a formação de professores em nível superior no Brasil**. Anais da ANPED, 32, GT11, 2009.